

CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA 2011-2018

Introdução

A Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) publica hoje um conjunto de informação referente às Contas da Administração Local para a Região Autónoma da Madeira para o período 2011-2018. Estes dados são publicados anualmente no “Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira”, estando igualmente disponíveis no portal de internet do Instituto Nacional de Estatística (INE). A informação é proveniente da base de dados SIIAL (Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais) da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) e tem subjacente uma ótica de caixa.

De referir que os apuramentos relativos às “Receitas” e “Despesas” das câmaras municipais têm subjacente uma base de caixa, daí que possam ser entendidas como entradas/origens de fundos e saídas/aplicações de fundos. No mapa de controlo orçamental das câmaras municipais, não foram consideradas as rubricas relativas às operações extraorçamentais e ao saldo da gerência anterior. As rubricas "Ativos financeiros" e "Passivos financeiros" correspondem aos saldos entre receitas e despesas.

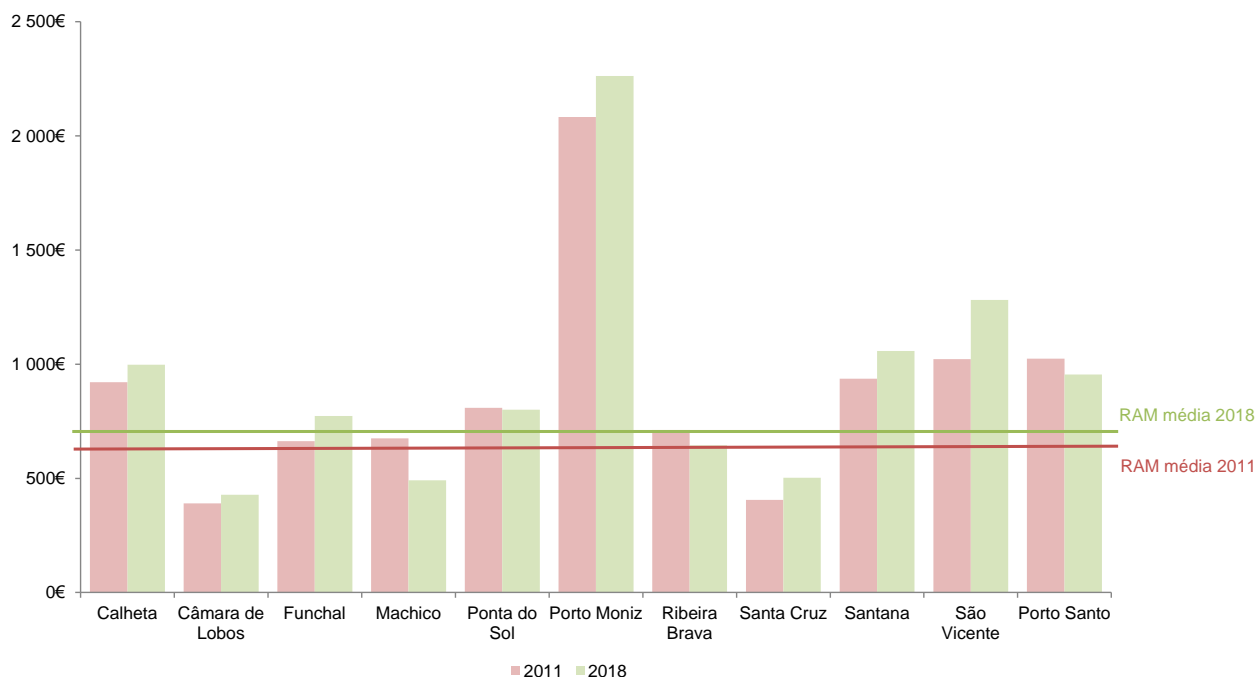
A DREM espera na próxima divulgação ampliar o conjunto de dados disponibilizados, prevendo-se a difusão de informação também para o período 2003-2010.

Principais rácios

Entre 2011 e 2018, as receitas das câmaras municipais por habitante na Região passaram de 641 euros para 697 euros, atingindo o valor mais alto em ambos os anos no município do Porto Moniz, mais concretamente de 2 082 euros em 2011 e de 2 262 euros em 2018. No polo oposto encontra-se Câmara de Lobos, com receitas por habitante de 390 euros em 2011 e de 428 euros em 2018.



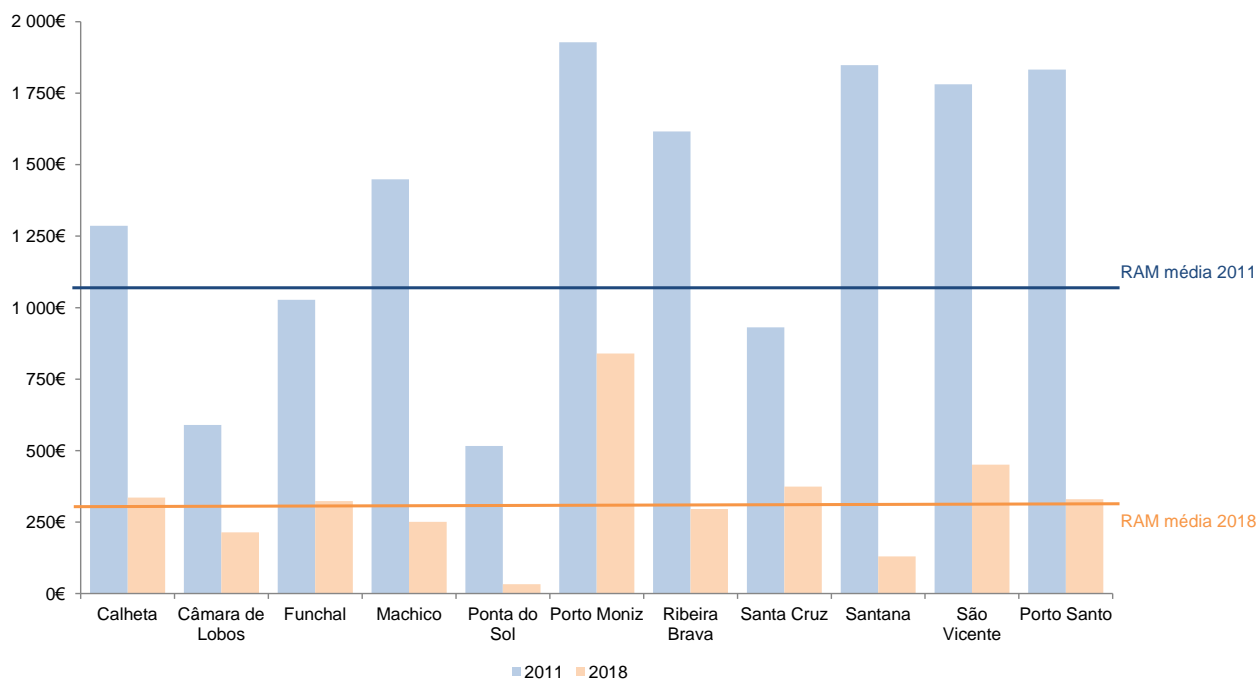
Fig. 1 – Receitas das Câmaras Municipais da Região, por Habitante, 2011 e 2018



No que diz respeito à dívida por habitante, a média regional das câmaras municipais baixou de forma pronunciada de 1 076 euros em 2011 para 304 euros em 2018. Em termos relativos, as maiores reduções foram registadas na Ponta do Sol (-93,6%), em Santana (-93,0%), em Machico (-82,7%), no Porto Santo (-82,0%) e na Ribeira Brava (-81,7%). Em termos absolutos, as diminuições mais pronunciadas ocorreram em Santana (1 718 euros/hab.), Porto Santo (1 502 euros/hab.), São Vicente (1 330 euros/hab.) e Ribeira Brava (1 320 euros/hab.). Em 2011, o Porto Moniz era a câmara municipal com o valor mais alto de dívida por habitante (1 928 euros/hab.), mantendo essa posição em 2018 (840 euros/hab.). Os valores mais baixos foram registados na Ponta do Sol, quer em 2011 (516 euros) quer em 2018 (33 euros).

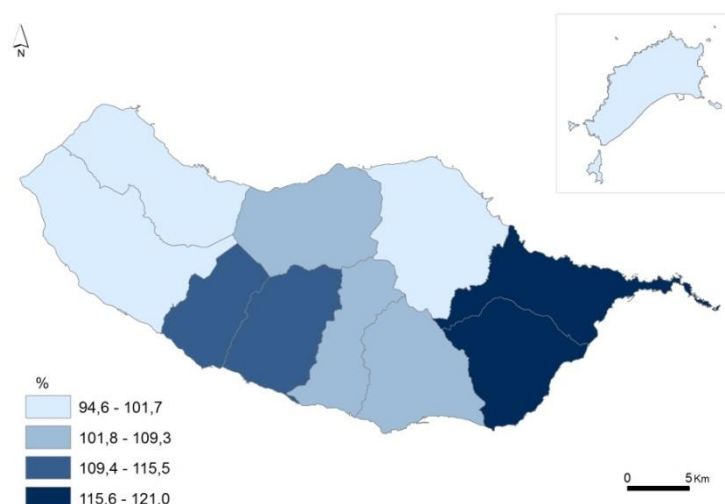


Fig. 2 – Dívida das Câmaras Municipais da Região, por Habitante, 2011 e 2018



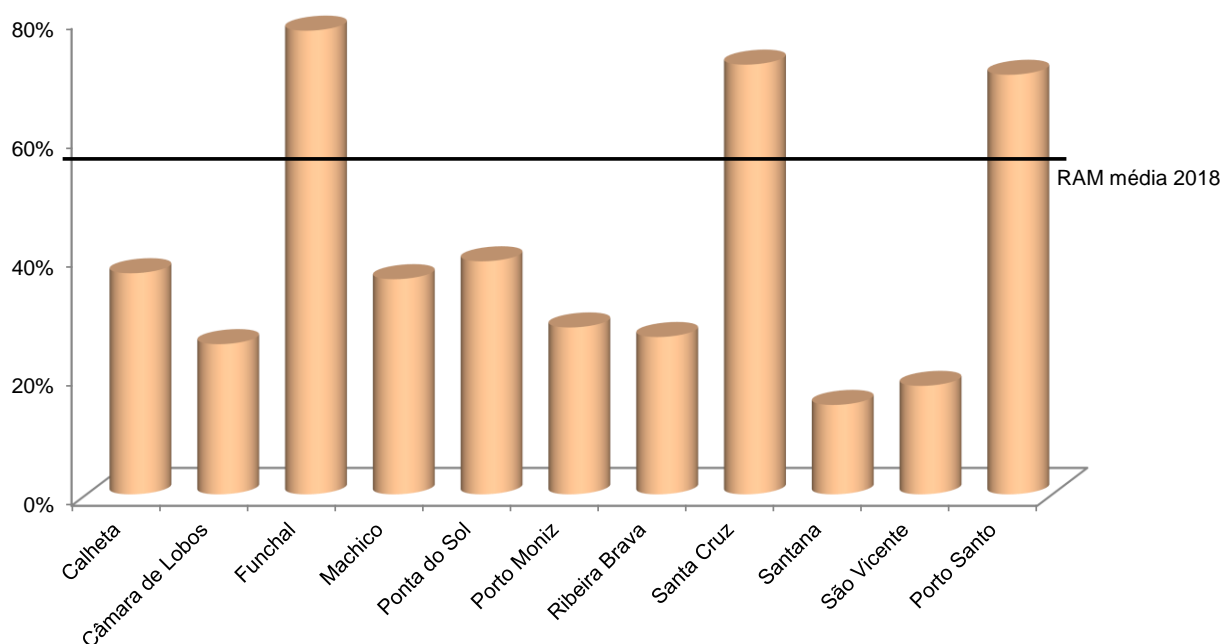
A relação entre as despesas e receitas, que corresponde ao rácio em percentagem entre a primeira e a segunda, mostra que não há diferença substancial entre 2011 (108,6%) e 2018 (107,6%), sendo que apenas em 2013 este rácio ficou abaixo dos 100%, não ultrapassando os 90,9%. Em 2011, São Vicente apresentava a relação entre as despesas e receitas mais elevada (118,4%) e Ribeira Brava a mais baixa (104,8%), enquanto em 2018 Santa Cruz liderava (121,0%), com Calheta (94,6%), Porto Moniz (98,3%) e Porto Santo (99,5%), a apresentarem receitas inferiores às despesas.

Fig. 3 - Relação entre receitas e despesas das Câmaras Municipais da Região, 2018



Por sua vez, a percentagem de receitas próprias no total de receitas, tem vindo a crescer em termos médios, tendo passado, de 48,8% em 2011 para 57,7%, em 2018. Em ambos os anos, as câmaras dos municípios de maior dimensão lideravam neste indicador. Em 2011, o Funchal surgia com 73,3% de receitas próprias, tendo aumentado para 77,8% em 2018. O mesmo sucedeu com Santa Cruz que em 2011, tinha pouco mais de metade das suas receitas classificadas como receitas próprias (52,8%), passando para 72,1% em 2018. Santana e São Vicente aparecem na posição inversa, com uma percentagem de receitas próprias de 15,0% e 18,2%, respetivamente.

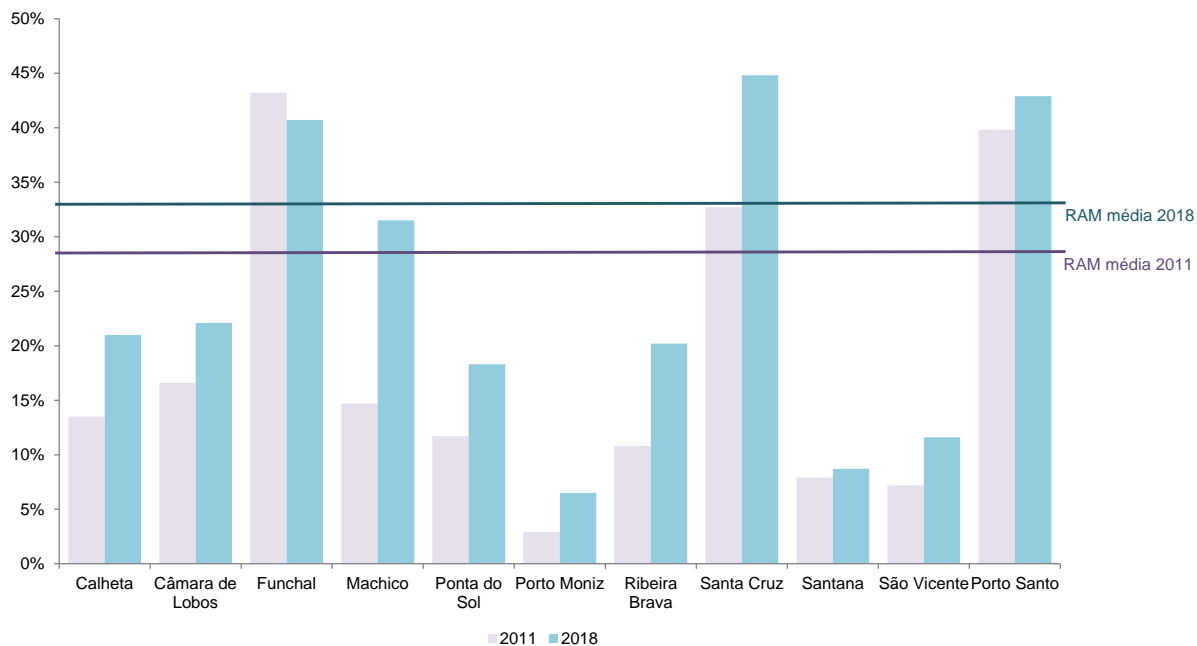
Fig. 4 – Receitas próprias no total da receita das Câmaras Municipais da Região, 2018



O peso dos impostos no total de receitas também cresceu entre 2011 e 2018, de 28,5% para 32,9%, respetivamente. Porém, é de assinalar que registou uma diminuição de 2016 para 2017 e novamente deste ano para 2018. Para este indicador também são os municípios de maior dimensão que apresentam rácios mais altos, a par do Porto Santo. Enquanto o Funchal observou uma redução neste indicador entre 2011 e 2018, de 43,2% para 40,7%, Santa Cruz viu o mesmo crescer de 32,7% para 44,8% entre os mesmos anos. Já o Porto Santo apresenta um ligeiro aumento entre 2011 e 2018, de 39,8% para 42,9%.



Fig. 5 – Peso dos impostos no total de receitas das Câmaras Municipais da Região, 2011 e 2018

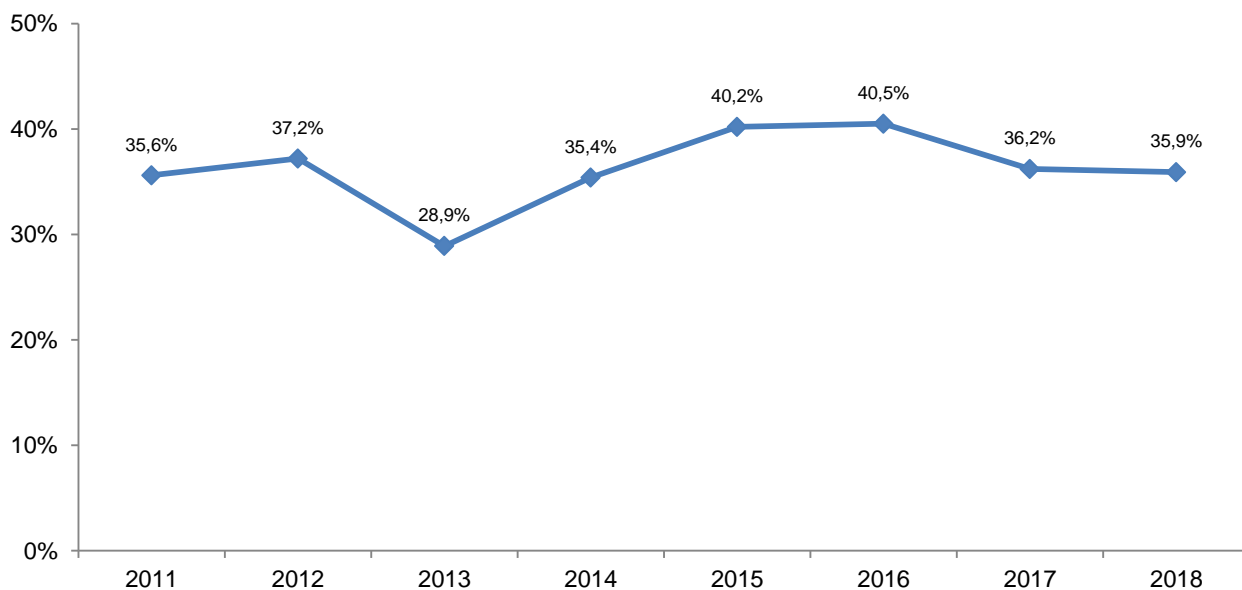


No domínio das receitas de capital, a participação comunitária em projetos cofinanciados no total de receitas de capital passou de 13,8% em 2011 para 23,8% em 2018, tendo registado um valor máximo em 2015 (40,4%). Este rácio apresenta naturalmente um comportamento irregular não só em cada um dos municípios, mas em termos da própria média regional.

Outro indicador relevante é o das despesas com pessoal no total das despesas, que embora tenha variado ao longo do período 2011-2018, é similar no início (35,6%) e final (35,9%) do intervalo. Em 2011, a Ribeira Brava apresentava o rácio inferior (18,8%) e o Funchal, o superior (44,3%), enquanto em 2018 essas posições eram ocupadas pela Calheta (21,6%) e Porto Santo (45,6%).

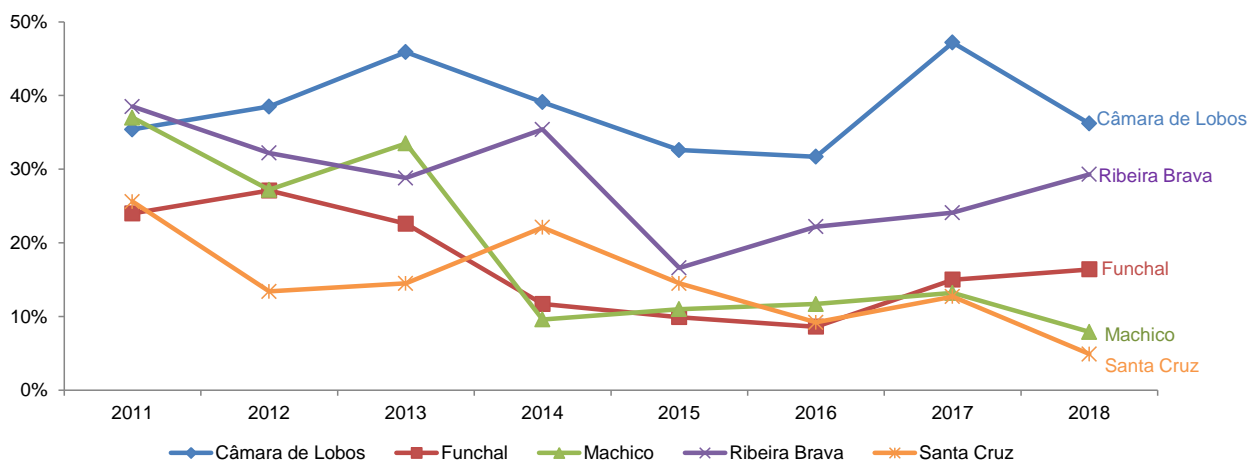


Fig. 6 – Despesas com pessoal no total de despesas, 2018



A aquisição de bens de capital face ao total de despesas é também um indicador bastante volátil. Registou um máximo de 28,6% em 2011 e um mínimo de 15,2% em 2015, sendo que em 2018 fixou-se nos 17,4%. Olhando para o conjunto do período, Câmara de Lobos e Ribeira Brava destacam-se dos demais, por apresentarem em todos os anos rácios superiores à média regional.

Fig. 7 – Evolução da aquisição de bens de capital no total da despesa das 5 principais Câmaras Municipais da Região, 2011-2018



Receita

Analisando o período 2011-2018, as receitas totais das câmaras municipais da RAM atingiram o valor mais elevado precisamente no ano de 2018, ascendendo aos 177,0 milhões de euros, +2,1% que no ano anterior. Deste total, 89,9% eram receitas correntes e 10,1% de capital. Em 2011, apenas cerca de $\frac{3}{4}$ das receitas eram de natureza corrente enquanto cerca de $\frac{1}{4}$ era de capital. No ano de 2018, o Funchal concentrava 45,5% das receitas correntes do conjunto das Câmaras, seguindo por Santa Cruz (12,7%).

A maior parte das receitas correntes é proveniente de um agregado de 4 impostos (IUC, IMT, IMI e IRS) e da derrama municipal (um imposto que incide sobre o IRC) que, no seu conjunto representaram em 2018, 36,5% do total das receitas correntes, sendo os mais relevantes o IMI e o IMT. Seguem-se os fundos municipais (que se subdividem em três tipos: o Fundo de Base Municipal, o Fundo Geral Municipal e o Fundo de Coesão), que concentraram 1/3 do total de receitas correntes. As vendas de bens e serviços também foram importantes, sendo responsáveis por 20,6% daquele total.

Quanto às receitas de capital, em todos os anos da série, a sua quase totalidade é proveniente das transferências de capital.

Despesa

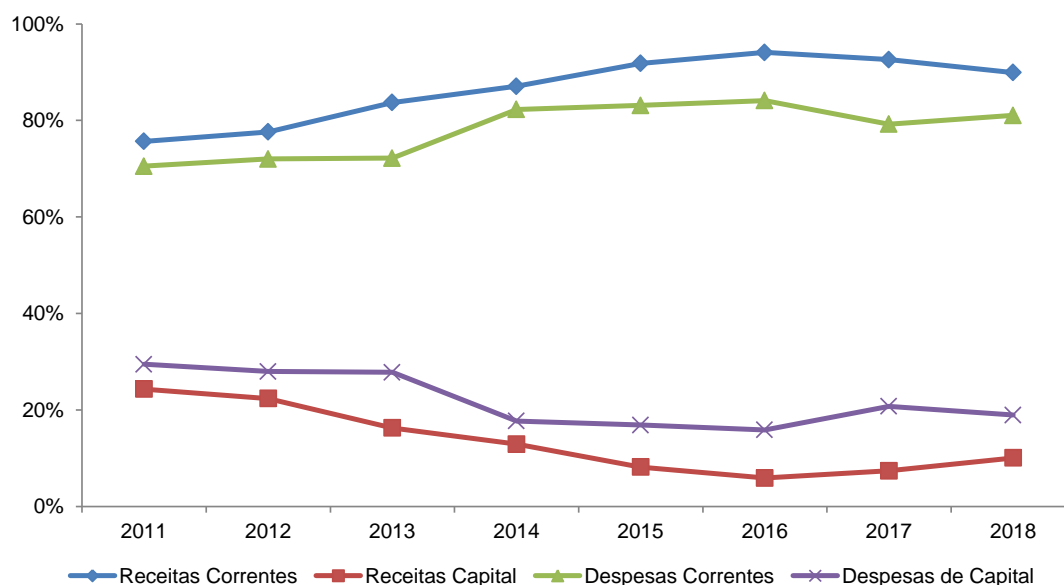
No que concerne à despesa, as conclusões são semelhantes. O valor mais alto foi observado em 2018, fixando-se nos 164,5 milhões de euros, 4,8% acima de 2017. A componente de despesas correntes tem vindo tendencialmente a crescer desde 2011, passando de 70,5% neste ano para 81,1% em 2018, inversamente ao que sucedeu com as despesas de capital que, naqueles mesmos anos, retrocederam de 29,5% para 18,9%.

Em termos da composição das despesas correntes, as principais fatias são as despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços, sendo que só em 2013 e 2014 a segunda rubrica ultrapassou a primeira. Em 2018, as despesas com pessoal ascenderam aos 59,0 milhões de euros (44,2% das despesas correntes), enquanto a aquisição de bens e serviços rondou os 54,8 milhões de euros (41,1% do total).

No que respeita às despesas de capital, no período 2011-2018, o seu valor diz respeito fundamentalmente à aquisição de bens de capital.



Fig. 8 – Evolução do peso da receita corrente e de capital no total das receitas e da despesa corrente e de capital no total da despesa, 2011-2018



Dívida

Em 2011, a dívida das Câmaras Municipais atingia os 284,3 milhões de euros, tendo diminuído de forma acentuada para 77,2 milhões de euros em 2018 (-72,8%). A dívida de curto prazo foi aquela que sofreu maior redução, reduzindo o seu peso no total da dívida de 55,9% em 2011 para 20,4% em 2018.

Por natureza, a dívida pode ser separada em comercial e bancária. Em 2011 e 2012, a dívida comercial era superior à dívida bancária, invertendo-se a situação a partir de 2013. Em 2018, a dívida bancária representava 81,4% do total, enquanto em 2011 essa percentagem era de apenas 41,6%.

Fig.9 – Natureza da dívida das Câmaras Municipais da Região, 2018

